



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº N. 11 AO CONTRATO N. 027/2017.

TERMO ADITIVO N. 11 AO CONTRATO N. 027/2017
(evento [0254602](#))

PROCESSO SEI N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 027/2017

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, Email(s): contratos.licit@foxengenharia.com.br e fox@foxengenharia.com.br, neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão 31/2022-ASSPRES (evento [0818685](#)), Informação 2/2022-COMISSÕES/CFEP (evento [0807329](#)) e Manifestação n. 2/2022-COMISSÕES/CGEP (evento [0809082](#)), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), por mais 112 (cento e doze) dias corridos, a contar de 30/04/2022 e data final em 19/08/2022, sem ônus para o Contratante; e

II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento [0254602](#)), por mais 91 (noventa e um) dias corridos, a contar de 31/03/2022 e data final em 29/06/2022, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, **renovação da garantia contratual apresentada anteriormente**, observadas todas as condições, prazos, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consistente na renovação da garantia representada pela Apólice e atualizada pelo endosso respectivos, considerando a prorrogação do prazo de vigência deste Contrato indicada no item I da Cláusula anterior deste Termo Aditivo.

DO FUNDAMENTO LEGAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 57, I, §1º, V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V da Lei nº 8.666/93 e na **CLÁUSULA QUARTA**, Subcláusula Quarta, do Contrato nº 27/2017 (evento [0254602](#)).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 28 de abril de 2022.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pelo Contratante	FRANCISCO DE ASSIS VARGAS Pela Contratada
---	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha
---	--

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 11 AO CONTRATO N.
27/2017/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 27/2017 (assinado em 29/12/2017) – Volume IV do PA (evento n. 0254602). Vigência de 325 dias corridos, a contar de 29/12/2017. Valor: R\$ 2.080.000,00	R\$ 2.080.000,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 03/10/2018) – Volume VI do PA (evento n. 0341353): a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 76 dias corridos (a contar de 20/11/2018, e data final em 03/02/2019), sem ônus para o Contratante; e	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Prorrogar o prazo de execução por mais 76 dias corridos (a contar de 06/10/2018, e data final 20/12/2018), sem ônus para o Contratante.		
2º Termo Aditivo (assinado em 10/01/2019) – Volume VIII do PA (evento n. 0382506):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 04/02/2019 e data final em 02/08/2019), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 21/12/2018 e data final em 18/06/2019), sem ônus para o Contratante.		
3º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425533):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019), sem ônus para o Contratante.		
4º Termo Aditivo (assinado em 16/12/2019) – Volume XI do PA (evento n. 0482209):	-	-
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

31/12/2019 e data final em 28/05/2020), sem ônus para o Contratante; e		
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 16/11/2019 e data final em 13/04/2020), sem ônus para o Contratante.		
5º Termo Aditivo (assinado em 09/04/2020) – Volume XI do PA (evento n. 0523088):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020), sem ônus para o Contratante.		
6º Termo Aditivo (assinado em 24/11/2020) – Volume XVI do PA (evento n. 0614039):		
a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 25/11/2020 e data final em 23/05/2021), sem ônus para o Contratante; e	-	-
b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 11/10/2020 e data final em 08/04/2021), sem ônus para o Contratante.		
7º Termo Aditivo (assinado em 24/05/2021) – Volume XVIII do	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>PA (evento n. 0691473):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias corridos (a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 90 dias corridos (a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>8º Termo Aditivo (assinado em 20/08/2021) – Volume XXI do PA (evento n. 0728446)</p> <p><u>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 131 (cento e trinta e um) dias corridos, a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p><u>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 146 (cento e quarenta e seis) dias corridos, a contar de 08/07/2021 e data final em 30/11/2021, sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>9º Termo Aditivo (assinado em 30/12/2021) – Volume XXIII do PA (evento n. 0776178)</p> <p><u>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017</u> (evento 0254602), por mais 45 (quarenta e cinco) dias</p>		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/02/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p><u>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 01/12/2021 e data final em 14/01/2022, sem ônus para o Contratante.</u></p>		
<p>10º Termo Aditivo (assinado em 14/02/2022) – Volume XXIV do PA (evento n. 0790689)</p> <p><u>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022, sem ônus para o Contratante; e</u></p> <p><u>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para o Contratante.</u></p>	-	-
<p>11º Termo Aditivo (assinado em __/04/2022) – Volume XXVI do PA (evento n. 0821446)</p> <p><u>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 112 (cento e doze) dias corridos, a contar de 30/04/2022 e data final em 19/08/2022, sem ônus para o Contratante; e</u></p> <p><u>II – Prorrogar o prazo de</u></p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais 91 (noventa e um) dias corridos, a contar de 31/03/2022 e data final em 29/06/2022, sem ônus para o Contratante. 29/06/2022.		
--	--	--

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 2.080.000,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 28/04/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 29/04/2022, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 29/04/2022, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 29/04/2022, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 027/2017 – Minuta de Termo Aditivo - Objeto: Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a nova sede do TRE-RO – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 60 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)).

02. A **vigência inicial** do referido contrato foi de **325 dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após prorrogações contratuais, os **termos finais dos prazos passaram a ser 29/04/2022 para vigência e 30/03/2022 para a execução**, conforme Termo Aditivo nº 10 ([0790689](#)).

03. Após Solicitação nº 2/2022 – COMISSÕES/CGEP ([0802578](#)), requerendo à Comissão de Fiscalização as informações acerca da execução contratual, o membro da referida comissão informou, mediante Informação nº 1/2022 – COMISSÃO/CFEP ([0804075](#)), que a fase atual é a de ajuste e elaboração de documentos específicos para obtenção da aprovação do LEED que finalizará até o final de março/2022 como demonstra o Relatório de Andamento pela empresa FOX Engenharia Ltda. ([0804920](#)). Ao final, manifestou a necessidade de prorrogação dos prazos contratuais, devido a possibilidade de reanálises de documentação.

04. Em seguida, juntou-se o ofício FOX-SE nº 022/2022 ([0807208](#) e [0807250](#)), no qual a contratada solicitou dilação dos prazos de execução e vigência do Contrato citado, em razão dos prazos indispensáveis para a conclusão do processo de certificação LEED. Conforme a Remessa nº 1/2022 – COMISSÕES/CGEP ([0807251](#)), o requerimento foi remetido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à CFEP para manifestação sobre os prazos solicitados divergente dos indicados no evento [0804075](#).

05. Na Informação nº 2/2022 – COMISSÕES/ CFEP ([0807329](#)), a CFEP aduz que os prazos inicialmente estipulados na Informação nº 1/2022 – COMISSÃO/CFEP ([0804075](#)) consideraram os dados apresentados pela FOX em seu Relatório de Andamento ([0804092](#)). Contudo, em razão do requerimento da contratada, manifestaram pelos seguintes prazos: 29/06/2022 (termo final para o de execução) e 19/08/2022 (termo final para o de execução).

06. Em resposta, por meio da Manifestação nº 2/2022 – COMISSÕES/CGEP, a Comissão de Gestão dos Projetos para construção da nova sede do TRE-RO, apresentou suas considerações acerca do pedido de prorrogação da execução e vigência do Contrato 027/2017 ([0809082](#)), nos seguintes termos:

Senhor Secretário,

1. Por meio do Ofício FOX-SE n. 022, de 23/03/2022 (evento [0807250](#)), a contratada apresentou cronograma de tramitação da certificação do LEED - conforme detalhe abaixo - e requereu a prorrogação do prazo de execução do contrato até 29/06/2022, equivalente ao acréscimo de mais 91 (noventa e um) dias ao prazo de execução. Justifica seu pedido como necessário para a conclusão do processo de certificação LEED e eventuais ajustes requeridos pela empresa certificadora.

Previsão de Protocolo do LEED: 25/03/2022;

Previsão de Retorno das Análises: 29/04/2022, 25 (vinte cinco) dias úteis;

Previsão de Atendimento do Relatório: 16/05/2022, 15 (quinze) dias corridos;

Previsão de Retorno e Emissão do Certificado: 20/06/2022, 25 (vinte e cinco) dias úteis;

Previsão de Impressão do Material e Assinatura de Todos os Documentos: **29/06/2022**, 7 (sete) dias úteis.

2. Ouvida ([0804075](#) e [0807329](#)), a Comissão de Fiscalização se manifestou favorável à prorrogação pretendida e findou registrando o prazo necessário à regular conclusão da tramitação

Prazo de execução: 29/06/2022;

Prazo de vigência: 19/08/2022.

MANIFESTAÇÃO DA CGEP:

3. Considerando tratar-se de questão fática atrelada à execução do contrato, qual seja a necessidade de prorrogação da avença para cumprimento do serviço de certificação LEED prevista originalmente no contrato, procedimento que vem sendo acompanhado par e passo pela Comissão de Fiscalização, como também não havendo discordância por parte desse coletivo, entende-se que o contrato possa ser prorrogado com fundamento no § 1º art. 57 da Lei n. 8.666/93 e Subcláusula Quarta da CLÁUSULA QUARTA do Contrato n. 027/2017.

4. Quanto ao acréscimo de prazo, embora a Comissão Fiscalizadora tenha inicialmente indicado prazos inferiores ([0804075](#)), após a recepção do Ofício FOX-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SE n. 022/2022 e da apresentação do calendário de tramitação, findou por anuir com o prazo requerido no escopo do instrumento. Dessa maneira, entende-se que a Administração deva acolher a manifestação do Coletivo de Fiscalização, até mesmo em razão de seu conhecimento da situação fática, e optar pela prorrogação sugerida aos atuais prazos de execução e vigência definidos no TERMO ADITIVO n. 10 AO CONTRATO 027/2017 ([0790689](#)), a saber:

a) novo termo final para a **vigênciado** contrato: prazo de **112 (cento e doze) dias**, a contar de 29/04/2022: **19/08/2022;**

b) novo termo final para a **execuçãodos** serviços: prazo de **91 (noventa e um) dias**, a contar de 30/03/2022: **29/06/2022.**

c) acaso deferida a prorrogação nesses moldes deverá a contratada, em cumprimento ao ITEM I da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017, alterada pela CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO N. 10, **renovar**, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do novo termo aditivo, a **garantia** representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0802525](#), com atual vigência até 29/07/2022, que deverá ter novo termo final em **17/11/2022.**

d) as certidões fiscais e trabalhistas estão devidamente atualizadas e juntadas nos presentes autos.

07. Encaminhado os autos ([0809854](#)), de acordo com o Despacho nº 585/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0809871](#)), o secretário da SAOFC, considerando as manifestações da **CFEP** e **CGEP**, direciona à SECONT, para elaboração da minuta de Termo Aditivo, e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

08. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 11º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2017 ([0810977](#)). Pela Remessa nº 95/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0810978](#)), os autos chegam a AJDG para a análise jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

09. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002397-77.2017.6.22.8000) até a presente data.

10. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO nº 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

11. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

12. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

13. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

14. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da Comissão de Gestão do Contrato (Manifestação nº 2/2022 – COMISSÕES/CGEP - [0809082](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

15. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 027/2017**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93**, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. **(sem grifo no original)**

(...)

16. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

17. No caso em tela, o objeto da contratação não será concluído de acordo com o planejado, segundo a CGEP, embasada pelo pedido de prorrogação da contratada ([0807250](#)) e a Informação da CFEP ([0807329](#)), não será possível finalizar os serviços dentro do prazo de vigência contratual em razão da dependência na conclusão do processo de certificação LEED. Portanto, a justificativa da administração, acima descrita, possibilita o enquadramento da situação nas hipóteses do **inciso V, § 1º do dispositivo supracitado.**

18. Nesse compasso, estão razoavelmente justificadas nos autos pelas informações prestadas pela comissão da contratação quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato nº 27/2017 pelas Manifestação nº 2/2022 - COMISSÕES/CGEP ([0809082](#)).

19. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta do Ajuste firmado com fundamento no art. 57 da Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

20. O Contrato nº 27/2017 ([0254602](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e alteração, observados ainda os seguintes requisitos:

(...)

21. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

22. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

23. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, adequada ao novo prazo de vigência, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SÉTIMA do Ajuste.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – CONCLUSÃO

24. Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações técnicas da CFEP ([0807329](#)) e CGEP ([0809082](#)), esta unidade jurídica **opina pela possibilidade da prorrogação por mais 91 (noventa e um) dias do prazo de execução e por mais 112 (cento e doze) dias do prazo de vigência do ajuste**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo nº 27/2017.

25. Quanto à minuta do décimo primeiro termo aditivo juntada aos autos ([0810977](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos. Conduto, em razão de erro material, deverá ser alterada sua fundamentação legal (cláusula terceira), antes de sua assinatura, para estar de acordo com a indicada por este parecer.

26. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos estritamente jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, assim como aspectos técnicos, econômicos, financeiros e orçamentários.

À consideração da unidade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 06/04/2022, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 06/04/2022, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Interessado: Diretoria-Geral (DG) e Fox Engenharia e Consultoria LTDA.

Assunto: Prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato Administrativo n. 27/2017.

DECISÃO Nº 31 / 2022 - PRES/ASSPRES

Vistos.

Trata o feito da gestão do contrato firmado com a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de projeto completo de engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede deste Tribunal e do novo fórum eleitoral da capital, conforme contrato n. 27/2017 ([0254602](#)).

Vieram os autos a esta Presidência para deliberação sobre pedido de prorrogação do prazo da vigência contratual, ante à iminência de seu término e a pendência de conclusão do objeto, conforme solicitação contida no Ofício Fox-SE n. 022/2022 ([0807250](#)) e manifestações da Comissão de Fiscalização de Elaboração de Projetos (CFEP) ([0807329](#)) e da Comissão de Gestão de Elaboração de Projetos (CGEP) ([0809082](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) opinou pela prorrogação, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e cláusula quarta, subcláusula 4ª, do já citado instrumento contratual ([0811733](#)). Na oportunidade, também aprovou a minuta do décimo primeiro termo aditivo, juntada no evento [0810977](#), devendo ser alterada sua fundamentação legal (cláusula terceira), nos termos do item 25 do parecer.

Da mesma forma, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) opinou favoravelmente ([0812320](#)).

Por fim, a Diretoria-Geral (DG) manifestou pela autorização da prorrogação dos prazos de vigência e de execução ([0814087](#)).

É o relatório.

Passo à análise e deliberação quanto à prorrogação do Contrato Administrativo n. 27/2017, pactuado entre este Regional e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA em 29/12/2017 ([0254602](#)).

O histórico do contrato com seus aditivos apresenta-se, de forma resumida, conforme quadro abaixo:

Contrato originário / aditivos	Prazos de vigência do contrato/execução
Contrato n. 27/2017 (0254602)	I - prazo de vigência: trezentos e vinte e cinco dias corridos a contar da assinatura do contrato (29/12/2017); e II - prazo de execução: duzentos e setenta e cinco dias corridos, contados da emissão da ordem de serviço.
1ª Prorrogação	Termo Aditivo n. 1 (0341353) com as seguintes prorrogações: I - prazo de vigência por mais setenta e seis dias corridos, a contar de 20/11/2018, e data final em 3/2/2019; e II – prazo de execução por mais setenta e seis dias corridos, a contar de 6/10/2018, e data final 20/12/2018.
2ª Prorrogação	Termo Aditivo n. 2 (0382506) com as seguintes prorrogações: I – prazo de vigência por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 4/2/2019 e data final em 2/8/2019, sem ônus para o Contratante; e II – prazo de execução por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 21/12/2018 e data final em 18/6/2019, sem ônus para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	o Contratante.
3ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 3 (0425533) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 3/8/2019 e data final em 30/12/2019, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019, sem ônus para o Contratante.</p>
4ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 4 (0482209) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 31/12/2019 e data final em 28/5/2020, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais cento e cinquenta dias corridos, a contar de 16/11/2019 e data final em 13/4/2020, sem ônus para o Contratante.</p>
5ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 5 (0523088) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 29/5/2020 e data final em 24/11/2020, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução, por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 14/4/2020 e data final em 10/10/2020, sem ônus</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	para o Contratante.
6ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 6 (0614039) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 25/11/2020 e data final em 23/5/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais cento e oitenta dias corridos, a contar de 11/10/2020 e data final em 8/4/2021, sem ônus para o Contratante.</p>
7ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 7 (0692809) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais noventa dias corridos, a contar de 24/5/2021 e data final em 21/8/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais noventa dias corridos, a contar de 9/4/2021 e data final em 7/7/2021, sem ônus para o Contratante.</p>
8ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 8 (0728446) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais cento e trinta e um dias corridos, a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (evento 0254602), por mais cento e quarenta e seis dias corridos, a</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	contar de 08/07/2021 e data final em 30/11/2021, sem ônus para o Contratante.
9ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 9 (0776178) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – prazo de vigência por mais quarenta e cinco dias corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/2/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – prazo de execução por mais quarenta e cinco dias corridos, a contar de 1/12/2021 e data final em 14/1/2022, sem ônus para o Contratante.</p>
10ª Prorrogação	<p>Termo Aditivo n. 10 (0790689) com as seguintes prorrogações:</p> <p>I – o prazo de vigência por mais setenta e cinco dias corridos, a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução por mais setenta e cinco dias corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para o Contratante.</p>

A proposta de nova prorrogação pode ser assim resumida ([0810977](#)):

11º TERMO ADITIVO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Prazo de vigência	Prazo de execução
I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 (0254602), por mais cento e doze dias corridos, a contar de 30/4/2022 e data final em 19/8/2022, sem ônus para o Contratante; e	II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017 (0254602), por mais noventa e um dias corridos, a contar de 31/3/2022 e data final em 29/6/2022, sem ônus para o Contratante.

Como mencionado pela AJDG e pela DG ([0811733](#) e [0814087](#)), a necessidade da prorrogação decorre do fato de que o projeto ainda não recebeu a certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), que se refere à aferição de práticas de construção com foco em sustentabilidade e orientação ambiental.

Conforme informações prestadas pela contratada ([0807250](#)), o processo de certificação está em sua fase final, com previsão de término em 29 de junho, considerados os prazos para eventuais ajustes indicados pela empresa certificadora.

A certificação visa atestar o cumprimento de requisitos que indicam o percentual de utilização de práticas de projeto e de construção integrativas e o consequente atendimento a padrões de criação de edifícios sustentáveis.

Além da relevância da certificação para a aferição do atendimento dos critérios de sustentabilidade, a etapa integra o objeto do contrato, de forma que a pendência deve ser resolvida pela empresa contratada.

Finalizada a entrega do objeto pela contratada, haverá necessidade de prazo para análise pela empresa fiscalizadora e comissão de fiscalização do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por esses motivos, impõe-se a prorrogação dos prazos contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sob o aspecto jurídico, é pacífico o entendimento pela possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto.

No caso dos autos, a pretensão possui fundamento no disposto no art. 57, § 1º, V, da Lei das Licitações:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

(...)

Ademais, a possibilidade de prorrogação está prevista no respectivo contrato, na cláusula quarta, subcláusula quarta, conforme segue:

CLÁUSULA QUARTA - (...)

Subcláusula Quarta – Os prazos estabelecidos nesta Cláusula podem vir a ser prorrogados, nos termos do artigo 57, I e seus §§, todos da Lei 8.666/93.

A proposta da Comissão de Fiscalização ([0807329](#)) e da Comissão de Gestão ([0809082](#)) é que o prazo de vigência do contrato n. 27/2017 seja prorrogado até 19 de agosto de 2022 e o prazo de execução, até 29 de junho de 2022. Considerando o pedido da contratada, a prorrogação proporcionará tempo hábil para a conclusão do objeto da contratação ([0807250](#)).

Verifica-se que as justificativas apresentadas são razoáveis. Além disso, tendo em vista os valores pagos pela Administração e as entregas realizadas pela contratada, constata-se que a não prorrogação dos prazos de vigência e execução poderia ensejar prejuízos e transtornos a este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com estas considerações, acolhendo as manifestações da CFEP ([0807329](#)), CGEP ([0809082](#)), o Parecer Jurídico da AJDG ([0811733](#)), a Manifestação da SAOFC ([0812320](#)) e a Manifestação da DG ([0814087](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

a) **autorizo**, excepcionalmente, as prorrogações dos prazos de **vigência** e de **execução** do Contrato Administrativo n. 27/2017 ([0254602](#)), ficando o prazo de **vigência** prorrogado por **mais cento e doze dias corridos, a contar de 30/4/2022, com data final em 19/8/2022** e o de **execução** também por **mais noventa e um dias corridos, a contar de 31/3/2022, com data final em 29/6/2022, sem ônus para este Tribunal**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto à regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93, e ainda, cláusula quarta, subcláusula quarta do contrato originário; e

b)
determino a notificação da empresa contratada para **renovação da garantia contratual apresentada anteriormente**, no **prazo máximo de dez dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fundamento no art. 56, §2º, da Lei n. 8.666/93 c/c cláusula sétima do contrato originário.

c) **determino a correção da cláusula terceira da minuta de Termo Aditivo**, conforme recomendado no item 25 do Parecer Jurídico da AJDG ([0811733](#)).

À DG e à SAOFC, para ciência e cumprimento desta decisão.

Porto Velho, abril de 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assinado de forma digital por:
Desembargador KIYOSHI MORI
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOSHI MORI, Presidente**, em 28/04/2022, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0818685** e o código CRC **09A424FD**.

0002397-77.2017.6.22.8000